



**INFORMATION
LIBRE**

Cartaz do Maio de 68, azul sobre fundo branco, papel *affiche*, 65x50cm, serigrafia.

Joaquina Barata Teixeira¹

Meio Ambiente, Amazônia e Serviço Social

Resumo: A mundialização do capital atinge a última fronteira de biodiversidade (natural e cultural), expandindo para a Amazônia o que é imanente ao processo de produção capitalista: a polaridade capital x trabalho e a modernização, em uma etapa conservadora e em outra destrutiva, tanto do meio ambiente quanto da força de trabalho. Com indicadores hoje alarmantes de devastação da floresta, de poluição dos rios e de expansão da pobreza, que toma a forma massiva e degradante, a região amazônica exige do Serviço Social uma atualização teórica e um compromisso ético-político. E, das políticas públicas, uma fuga à padronização que homogeneiza a realidade brasileira nos moldes das referências sul/sudeste.

Palavras-chave: Amazônia; pobreza; devastação; Serviço Social.

Abstract: The globalization of capital reaches the last frontier of biodiversity (natural and cultural), expanding to the Amazon what is inherent to the process of capitalist production: the polarity between capital and working, and modernization, in a conservative stage and in a destructive one, both related to the environment and the workforce. There are alarming indicators of forests' devastation, pollution of rivers and the expansion of poverty, which takes the massive and degrading form, the Amazon region requires a theoretical update of the Social Assistance and an ethical and political commitment. About the public politics, it is necessary an escapement out of what is considered standard that unifies the Brazilian reality in the form of references related to south/southeast.

Keywords: Amazon; poverty; devastation; Social Work.

O capitalismo completou, nas últimas décadas, o seu processo antes embrionário de mundialização. Ao fazê-lo, avançou para a última fronteira – a maior reserva de recursos naturais e culturais do planeta –, a Amazônia.

Consolidou com isso, num plano extensivo, a polaridade capital x trabalho, estendendo para a região a relação pobreza x riqueza e todas as suas determinações: escassez (onde antes havia fartura), poluição das águas (rios, igarapés, lagos, praias), devastação da floresta (último reduto da maior biodiversidade ainda existente). Mas

¹ Membro do Comitê Executivo da International Federation of Social Workers (Federação Internacional de Trabalhadores Sociais), eleita em dois mandatos (de 2002 a 2008); exerceu o magistério no curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pará (UFPA), de 1972 a 1996; foi Pró-Reitora de Planejamento na UFPA entre 1993 e 1997; Mestre em Planejamento o Desenvolvimento – NAEA/UFPA; Especialista em Administração Universitária – EUA/UFAL.

não só isso. Desencadeou também um processo de destruição e desvalorização da maior pluralidade cultural e heterogeneidade lingüística do território regional – as etnias amazônicas, cuja riqueza e valor estão por ser medidos. Trata-se de sociedades com experiência de socialização da propriedade dos meios de produção e do poder há milênios e que, por isso, ancoram suas relações em princípios e valores que perseguimos desde o século XIX e ainda não alcançamos: os da solidariedade e igualdade.

Com 5,1 milhões de quilômetros quadrados, a Amazônia Legal estende-se por nove estados e ocupa 60% do território nacional. Nela corre o maior rio do planeta (o Rio Amazonas), com 1.100 afluentes (ALVARENGA, 1997), alguns deles poluídos com o despejo de mais de 20 toneladas de mercúrio a cada ano – inclusive os da área indígena Yanomâmi.

A região hoje apresenta indicadores alarmantes. Em menos de 30 anos, uma área maior que a França foi destruída, com a devastação de 600.000 quilômetros quadrados de floresta (ação intensificada na década de 80). Somente no município de Paragominas, 400 empresas derrubaram, desde 1980, 15.000 quilômetros quadrados de floresta (mais da metade da área do Estado de Sergipe) (Ibid: p. 52-53).

Ao visitar a área indígena Tembê, no Estado do Pará, em 1994, pudemos ver e documentar, nas estradas, cerca de 40 carretas lotadas de grandes toras de madeira nobre. Percorremos de avião, na década de 70, extensa área desmatada do então Projeto Jarí, pertencente ao milionário americano Ludwig. O processo destrutivo até aqui, porém, não foi estancado por nenhum governo.

O nosso ingresso na *International Federation of Social Workers*, representando, como conselheira do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), a América Latina e Caribe, possibilitou-nos ver a pobreza globalizada. Vimos em Washington (capital do império mais poderoso do mundo – EUA), bem perto do Tesouro Nacional (que guarda o maior estoque de ouro e de riqueza do planeta), negros sem-teto dormindo nas ruas nas noites geladas, envoltos em maltrapilhos cobertores. Vimos em Copenhague, na Dinamarca (um dos lugares de melhor sistema de bem-estar do globo), um homem branco apanhar um resto de sorvete no reservatório de lixo para comer. Em Genebra, um adolescente branco de olhos azuis pediu-nos dinheiro na rua, talvez para as drogas. Em Adelaide, na Austrália, vimos os aborígenes sem-teto perambulando nas praças. Temos hoje temáticas planetárias comuns, apesar das desigualdades continentais, mas é diferente o que ocorre no Brasil e na Amazônia, onde a pobreza é massiva.

Investida do capital na Amazônia e a nova face da superpopulação relativa

Parece-nos importante examinar a atualidade desse processo na região, para que possamos identificar, convenientemente, as demandas regionais ao Serviço Social, e desvendar essa caixa de Pandora, que são as novas formas destrutivas do meio ambiente e da força de trabalho, que assume o capitalismo na Amazônia em sua investida avassaladora.

Aparentemente, não percebemos o novo modo pelo qual se manifesta o processo decadente da produção capitalista, que, como sabemos, não se limita hoje a uma crise econômica permanente *stricto sensu*, mas invade todas as esferas da vida

social, detonando valores e referências ético-políticas. Arrebenta a coesão social, destruindo culturas, sentimentos e interferindo até na dimensão transcendente (religiões), onde a “salvação da alma” tornou-se mercadoria.

Só quando tentamos desvendar com mais profundidade o que Marx denomina “as representações abstratas”, podemos perceber os novos e velhos elementos constitutivos da questão social e ambiental na Amazônia, os quais têm a mesma raiz.

Supostamente, o que chega ao Serviço Social não teria muita diferença com os ditos “problemas sociais” do passado. Só teria havido uma expansão quantitativa, com um número maior de pessoas vitimizadas. Não é bem assim. Hoje, é mais do que isso. São novas tonalidades da velha expropriação do valor-trabalho, que reduziu sua forma absoluta e generalizou a sua forma relativa. Destarte, a velha “questão social” porta novos desafios que se põem ao profissional do Serviço Social.

Quem procura o Serviço Social, hoje, na Amazônia? Se quisermos nos referir aos ditos “vulneráveis”, diríamos que quem chega é o despossuído com os seus carenciamentos. Eles e elas estampam no rosto e no corpo os sinais, às vezes de forma indelével, dos **danos** sofridos: seres humanos alquebrados, precocemente enrugados, queimados do sol de rua ou da lavoura (e não do sol de piscina ou de praia); às vezes mutilados, como as crianças escarpeladas, pessoas completamente desamparadas, excluídas de tudo: do alimento, da habitação, dos cuidados com a saúde, do Benefício de Prestação Continuada (BPC), do Bolsa Família. Pessoas maltrapilhas (a roupa é tão barata e ainda tão inacessível para quem nada tem), enfim, necessitando do que existe em abundância nas prateleiras dos supermercados, dos shoppings, das feiras.

Constatamos em pesquisas em áreas indígenas, no Estado do Amazonas, na década de 70, que os índios do alto Rio Negro (os Tucanos) jamais compreenderam ou aceitaram esse traço perverso de nossa sociedade. Na sua cultura, o maior crime (ou o maior “pecado”) é a avareza. Os maiores criminosos ou “pecadores” que conheceram, segundo eles, eram precisamente os missionários salesianos, porque tinham uma dispensa abarrotada de gêneros alimentícios, enquanto eles passavam fome. O que pensarão de nós, quando virem nossos supermercados transbordando de gêneros, enquanto, em muitas esquinas de Manaus, de Belém e de muitas cidades brasileiras, crianças de rua e mendigos batem nos vidros dos carros, pedindo dinheiro para comprar comida? Batem, sim, todos os dias, todas as horas, no calor escaldante até o dia em que, cansados de pedir, “empoderam-se” com um revólver na mão e passam a exigir e ameaçar a vida de outrem. Quão horrorizados devem ter ficado os “tucanos” quando foi difundida a informação de que há no país uma elite que paga por uma bolsa o preço de um carro (R\$20.000) e por uma roupa de noite o valor de uma casa (R\$70.000). A loja é em São Paulo (Daslu), mas os ricos são do Brasil inteiro, inclusive da Amazônia.

Isso marca uma diferença entre o pobre de ontem e o de hoje. O de ontem já vivia o constrangimento da desigualdade social, mas, embora nos estratos mais baixos da estrutura social, ainda era um pobre integrado em seus espaços sociais, na família, no bairro, na vila, ou mesmo no trabalho subalterno. O de hoje é o pobre que, segundo Paugam (1996), vive a pobreza desqualificante, jogado fora da esfera produtiva e com a nítida sensação de “inutilidade social”. Se o de ontem

ainda podia ser contextualizado em um baixo grau de desenvolvimento das forças produtivas (o que era um pretexto para não socializar a riqueza), o de hoje é um pobre que se confronta com a abundância da riqueza concentrada de uma forma sem precedentes, que o esmaga e o humilha. É notória a existência no Brasil de nove indivíduos com um patrimônio médio de 200 milhões de reais, o que equivale a ganhos anuais superiores a 10 milhões de reais, ou seja, uma renda mensal de um milhão. No outro pólo, grassa um contingente de mais de 33 milhões de famílias abaixo da linha da pobreza (TEIXEIRA, 2001).

Muitas e muitas vezes, não percebemos o formato das atuais demandas, a distinção entre demandas clássicas e novas, porque não qualificamos nossa percepção, para processá-las teoricamente. É absolutamente importante que saibamos que a demanda não se esgota na empiria, mas se revela num processo teórico-investigativo que nos possibilita percebê-las.

Desde a Cabanagem, que foi a primeira tentativa coletiva de o homem amazônico resistir, para não sucumbir à subalternidade, essa categoria da sociologia tradicional chamada “questão social” não comportou, como não comporta agora, a explicação dos problemas gerados pelo capital na Amazônia.

Por outro lado, a noção de “exclusão”, bastante familiar aos assistentes sociais nos últimos anos, surgida na literatura científica francesa para dar conta do que parecia uma realidade nova (noção hoje de uso comum por parte do Banco Mundial), é reconhecida pelo próprio Paugam (1996) como um conceito equivocado. O autor explica o sucesso do emprego desse conceito, porque ele iria além e ultrapassaria mesmo a temática das desigualdades (do que discordo), abarcando, além disso, a degradação das relações sociais no seio dos deserdados, ou seja, além da oposição das classes. Haveria agora uma crise do liame social, a quebra da coesão e a perda do senso de pertencer. São formulações polêmicas, mas importantes de serem conhecidas para o debate da chamada questão social hoje.

Isso não significa, contudo, que a temática da desigualdade social esteja secundarizada. Conforme Procacci (1996), a “exclusão social” pode até acrescentar uma conotação atual a esta fase capitalista, mas em absoluto não inaugura uma nova “questão social”, porque a desigualdade continua desempenhando papel determinante.

Na verdade, a pobreza já deu lugar a vários conceitos semelhantes ao de exclusão: vale lembrar o de marginalidade, na América Latina, e o de *underclass*, nos Estados Unidos. O Brasil rejeitou o de marginalidade, mas parece ter adotado o de exclusão, especialmente no universo das análises da assistência social no Brasil. Nenhum deles é explicativo, por isso nenhum é uma categoria (WACQUANT, 1996), por não possuírem propriedade teórica e empírica consistente. Justifica-se o uso do termo no discurso político, se ele nos servir como um instrumento de acusação às avessas. A categoria mais consistente ainda é a de superpopulação relativa.

A superpopulação relativa, como sabemos, é gestada na formação social capitalista e a sua raiz essencial é a produção cada vez mais coletiva e social e a apropriação cada vez mais privada e minoritária da riqueza.

Na Amazônia, enquanto capilaridade do domínio do capital, essa determinação histórica geral apresenta-se combinada e atravessada por processos

históricos singulares, configurando uma particularidade plena de mediações que deve ser identificada e processada, não se pondo as “questões” com o mesmo padrão de outras regiões do país ou até do globo. O estudo do aviamento, na Amazônia, do professor Roberto Santos (1963), por exemplo, desvendou uma dessas mediações (*o aviamento*), quando pesquisou a relação comercial dos trabalhadores extratores com o capital mercantil.

Os povos da floresta (seringueiros, castanheiros, ribeirinhos, extratores, pescadores, caboclos, índios), no espaço regional “em si”, não são e nem seriam pobres, nem miseráveis, nem “excluídos”, se pudessem continuar com a livre apropriação dos produtos do mar, do rio ou da floresta, e se não tivessem sido separados da terra ou expulsos dos melhores sítios da coleta ou dos cardumes. Isto é visível em Vila do Conde, em Barcarena, onde o enclave transnacional do alumínio denominado ALBRÁS (perto de Belém) privatizou terras comunais dos povos tradicionais. Já fora constatado no Amapá, onde a ICOMI, depois de oitenta anos de extração do manganês e dissolução de formações não capitalistas, deixou apenas um buraco e algumas modernidades. Os trabalhadores amazônidas seriam no máximo típicos, mas não pobres. O movimento do capital, sim, tornou-os mais do que pobres, tornou-os miseráveis.

A pressão da expropriação da terra e da dissolução do modo de vida pré-existente extrai todo o alicerce onde se assenta a segurança dessas famílias e joga esses diversificados grupos na vala comum dos desvalidos, muitos dos quais vão engrossar o contingente urbano das periferias das sedes municipais.

Sabemos, hoje, quais são as formas pelas quais o nosso pescador, lá em Pari-Cachoeira, em Marabá, na Vigia, em Santarém, transfere valor-trabalho ao capital? Estamos instrumentalizados teoricamente para desvendar esses enigmas? Quais mistérios cercam aquele produtor, sem o qual não chegariam às nossas mesas a deliciosa farinha, o tucupi, a macaxeira, o açaí, o jambu, a maniva (da maniçoba)? O produtor que acorda cedo, trabalha no sol e na chuva, o dia inteiro, produzindo cada vez mais excedente, para atender os supermercados, mas que continua tão pobre, seus filhos analfabetos, suas filhas e filhos ameaçadas pela prostituição. Não tem, como dizem, “onde cair morto” e, desse modo, vai parar numa sala de um assistente social qualquer.

E o que aconteceu com o “seu Sebastião”, que fazia uma farinha de tapioca como ninguém, e que agora passa o dia todo na esquina do Lord Hotel em Manaus, ou da Doca em Belém, vendendo morangos importados? E a dona Gregória, que confecciona uma camisa de linho, que não fica nada a dever para as que vemos nas grandes boutiques da Visão, mas que vendeu sua casa de alvenaria e agora mora num barraco de madeira em cima de um igarapé poluído?

Temos convicção de que, hoje, o processo que gera a devastação ambiental, o extermínio de espécies raras, a poluição dos rios, a liquidação dos ecossistemas, da biodiversidade, é o mesmo que gera a dita “exclusão”? Somos capazes de dar conta da especificidade da pobreza em cada realidade municipal, de contextualizá-la?

E nos centros urbanos, o que sabemos daquela classe média que já tem o seu computador em casa comprado no crediário e põe os filhos para estudar infor-

mática? E esses rapazes ou essas moças, que realizam trabalhos terceirizados, “viram” a madrugada para dar conta das encomendas, os olhos vermelhos, mas continuam tão pressionados, com tantas contas para pagar, com tantas dívidas, tantos crediários, caminhando na corda bamba com medo de cair na vala comum dos “estratos” mais baixos?

Apesar da grande heterogeneidade da Amazônia, é possível, num nível bem genérico, pontuar aspectos que possibilitam um entendimento global sobre a gênese histórica da “questão social” na região e do empobrecimento de nossas populações. Ao mesmo tempo em que se assemelham ao processo de expansão do capitalismo em outras áreas, distinguem-se em suas singularidades, a saber:

1) Num primeiro momento, o capital mercantil introduziu-se e reproduziu-se na região, promovendo o saque e apropriando-se, utilitariamente, do valor-trabalho via coleta do índio, do caboclo, do negro e do migrante pobre. Embora os empobrecessem, não conseguia desocupá-los, desempregá-los, ou seja, não atingia o limite humano da sobrevivência.

2) Num segundo momento, a propriedade privada, enquanto antítese da propriedade comunal dos índios, dos caboclos, dos quilombolas e outros povos tradicionais, foi introduzida na região, separando-os dos seus tradicionais e comunais meios de produção, desocupando territórios, dissolvendo e deslocando formas de trabalho e inviabilizando um processo de reprodução ao modo da tradição.

Esse processo assemelha-se, embora não seja igual, ao movimento denominado por Marx de “acumulação primitiva”, ou seja:

(...) a alienação fraudulenta dos domínios do Estado, a pilhagem dos terrenos comunais, a transformação usurpadora e terrorista da propriedade (...) patriarcal em propriedade privada moderna, a guerra às cabanas, foram os processos idílicos da acumulação primitiva. Conquistaram a terra para a agricultura capitalista, incorporaram o solo ao capital e entregaram à indústria das cidades os braços dóceis de um proletariado sem lar nem pão (MARX, 1985, p. 34-35).

3) Num terceiro momento, em seu trajeto, o capital dos centros hegemônicos avança, assumindo formas diretamente produtivas. É quando se encravam na Amazônia as indústrias de capital transnacional e monopolista, os chamados enclaves: grandes extratoras mínero-metalúrgicas, que exigem do governo brasileiro as grandes hidrelétricas, subjugando finalmente as pessoas, que se tornam força de trabalho “livre”.

Vejam o que é dito por Marx:

estes homens, bruscamente arrancados de suas ocupações habituais, não se podiam adaptar prontamente à disciplina do novo sistema social, surgindo, por conseguinte, deles, uma por-

ção de mendigos, ladrões e vagabundos (...) A legislação os tratou como criminosos voluntários, supondo que dependia de seu livre arbítrio o continuar trabalhando como no passado e como se não tivesse sobrevivendo nenhuma mudança em sua condição de existência (ibid: p. 57).

A industrialização, encravada na Amazônia, não consegue mudar o caráter de atividade produtiva **não-soberana** para o país e não altera a condição da região como fonte de saque. Não produz os chamados efeitos “para a frente” e “para trás” da economia, inviabilizando valor agregado e geração de riqueza interna.

Houve um momento em que os Planos Nacionais de Desenvolvimento (PNDs) e Planos de Desenvolvimento da Amazônia (PDAs), com o apoio do Desenvolvimento de Comunidade, introduziam programas de “modernização conservadora”, mas já embrionários da modernização destrutiva (MÉSZÁROS, 2003), ao dissolver relações não-capitalistas. Destrutiva tanto dos povoados amazônicos quanto dos ecossistemas: o Polamazônia, a colonização dirigida, os incentivos fiscais, os grandes Projetos, o Programa Grande Carajás, a Hidroelétrica de Tucuruí, a Zona Franca de Manaus, entre outros. É quando a “questão social” começou, de fato, a assumir magnitude impensável e sem precedentes, nessa região que teria todas as condições para construir uma sociedade feliz.

Esse processo não é puramente econômico. Além de gerar pobreza, miséria e “exclusão”, dissolve também um saber milenar, conhecimentos, informações, culturas, visões de mundo e valores raros, sem substituí-las. Gera, portanto, o embrutecimento, a deseducação, a desinformação, a perda da memória ancestral, a perda do orgulho étnico, a violência.

4) E, finalmente, num quarto momento, na chamada onda neoliberal, o Estado abandona a modernização conservadora e hegemoniza a modernização destrutiva da Amazônia e sai dilapidando as políticas públicas de interesse regional ou popular, privatizando estatais altamente produtivas, sucateando universidades públicas, órgãos públicos como a FUNAI, a SUDAM, fechando postos de trabalho, promovendo demissões voluntárias, em uma fúria da qual não escapou nem a parte estatal da Vale do Rio do Doce. Hoje, apenas Vale, não mais doce.

Esses quatro momentos não se separam de forma tão rígida. Podem coexistir na vida social e econômica da Amazônia. São determinações que estão na gênese da massiva pobreza endêmica regional e que rebatem nas mais diferentes formas de expressão: abuso sexual infantil, grande contingente de analfabetos, crianças de rua, mendigos, doentes; hoje visíveis não somente nas capitais: Belém, Manaus, Macapá, Boa Vista, Rio Branco, Porto Velho, como nos distritos-sede de muitos municípios da região.

Os dados da Organização Mundial da Infância de 1998 são aterroadores: 250 milhões de crianças trabalham. A maior parte delas na América Latina. Grande parte delas na Amazônia. Segundo um levantamento de Antonio Anaya, contido no Anuário 99 do *Observatório da Cidadania* (2000), só em 1996, a invasão de terras

indígenas, visando ocupação, domínio, posse e exploração das riquezas naturais, cresceu 95%. Essa invasão foi feita por madeireiros, grileiros, garimpeiros e fazendeiros e até por lideranças políticas.

Uma pergunta importante a se fazer diante de tudo isso é: foi ou não foi ampliado o universo temático e tático-operativo do Serviço Social?

Quero destacar sete situações que nos permitem afirmar que *sim*:

1) Uma é a questão ambiental e a polêmica da “sustentabilidade do desenvolvimento”.

A destruição do meio ambiente, a pobreza e a insustentabilidade são questões contemporâneas profundamente relacionadas hoje no Brasil e muito presentes na Amazônia. Batem na porta do Serviço Social;

2) Questões ligadas ao campo do controle social, relacionadas aos esforços de democratização das políticas sociais e que têm a ver com os Conselhos (tanto os Conselhos de Política quanto os Conselhos de Direito). O Serviço Social vem, no Brasil, prestando um serviço e uma contribuição extraordinários nesse campo (vide a respeito CAMPOS, 1999);

3) A questão étnica, que envolve o trato dos problemas gerados pela invasão das terras indígenas, dos quilombolas e outros povos tradicionais;

4) A questão da terra, onde estão presentes os graves conflitos entre a posse e a propriedade da terra, com o avanço dos latifúndios;

5) A Reforma urbana, da qual os assistentes sociais vêm participando com grandes contribuições;

6) A questão de gênero: mulheres e homossexuais;

7) As questões relacionadas aos ciclos de vida.

Não podemos neste espaço nos estender sobre elas. Queremos apenas reforçar o quanto devemos estar abertos para incorporar novas questões.

Trajatória do enfrentamento da questão social na Amazônia

Como em todo o Brasil, até a década de 30, a “questão social” na Amazônia foi tratada como “caso de polícia” ou enfrentada de forma pontual e muito residual. Em Belém e Manaus, era enfrentada com prisões, polícia, espancamentos e violência, segundo registros históricos colhidos por Oliveira (1988). Até 1932, a assistência pública era vinculada ao Gabinete Médico legal e este à Polícia Civil.

Como sabem os assistentes sociais, a década de 30 é um marco no Brasil, produzindo uma inflexão no enfrentamento da questão social. Década em que foi germinado o movimento operário e novas formas de proteção social ao trabalho tornam-se uma exigência. É o momento em que a filantropia e a repressão já não

dão conta da questão social, fazendo-se necessária a própria intervenção do Estado com políticas sociais, na gerência da luta de classes.

É a época também em que se criam as condições e as bases para a implantação de Escolas de Serviço Social.

Nas décadas de 70 e 80 (época da ditadura militar), prevaleceu a visão de rejeição à assistência social, que era confundida com o assistencialismo. Na Amazônia, impôs-se o Desenvolvimento de Comunidade (DC), envolvendo os assistentes sociais no trabalho de convencimento das populações para a adesão aos projetos desenvolvimentistas.

Até a Constituição de 1988, as políticas sociais seguiam atuando na “ponta” por meio de secretarias setoriais (saúde, educação, trabalho). A assistência social, ainda no interior do velho paradigma do favor, fazia-se por intermédio de órgãos centralizados, como a Legião Brasileira de Assistência (LBA) e previdência, com raras inserções no fulcro das determinações desses efeitos.

A Carta Magna e a regulamentação de alguns de seus artigos com a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), em 1993, asseguram, no plano formal, às políticas sociais o seu caráter de direito do cidadão e dever do Estado, promovendo, como é sabido, a inclusão da Assistência Social no campo mais amplo da Seguridade Social. Foi-lhe conferido o estatuto de dever legal e não opção moral, tirando-a dos subterrâneos e dos porões das casas governamentais, dando-lhe visibilidade, amplitude e colocando-a no patamar das Políticas de Governo. Ascendeu, portanto, à condição de *política pública*.

Essa base legal permite que aflorem os novos paradigmas da Assistência Social que consolidam uma ferramenta importante para o enfrentamento da fúria destrutiva dos governos neoliberais.

Esse novo patamar produz a necessidade de organizar a Assistência Social como um sistema, a partir de diretrizes voltadas para a descentralização político-administrativa, capaz de contemplar a gestão municipal e a participação popular, no controle das ações em todos os níveis – o que é um preceito da LOAS. É aqui que se destacam os Conselhos Nacional, Estaduais e Municipais de Assistência Social.

A descentralização criaria a expectativa e a oportunidade de tirar a Política de Assistência Social na Amazônia de sua visão padronizada, em que persiste o formato pensado para uma realidade urbano-industrial sul-sudeste. Entretanto, para que isso ocorra, a descentralização deve de ser mais do que simplesmente político-administrativa. Ela deve ser completada por uma descentralização fiscal, o que não ocorreu.

O que vemos, portanto, na Amazônia, é que as políticas sociais continuam revelando e conformando um “padrão”, onde as práticas de uma única cultura – a cultura sul-sudeste – impõe-se como referência no planejamento dos ministérios, engessando a autonomia de estados e municípios. É assim para a educação, é assim para a saúde, é assim para a previdência, é assim para a assistência social.

No caso da Assistência Social, o “recorte” fragmenta os “excluídos” por categorias: idosos, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência. Esse recorte não dá conta das questões enfrentadas pelos assistentes sociais dos estados e municípios

da região, onde os ribeirinhos, os povos da floresta, os seringueiros, os garimpeiros, os mateiros e os índios enfrentam dramáticas situações, da expulsão da terra aos assassinatos.

Os recursos, de um lado, além de serem escassos, continuam centralizados, e só são liberados na base dos critérios nacionais, que são padronizados, para a aprovação de projetos.

Por outro lado, os novos paradigmas, em si, não se tornaram efetivos e não resolveram algumas visões da assistência social. Há ainda muitos governantes e gestores que continuam comungando com os valores medievais da ajuda, como ação episódica, como esforço voluntário, como tutela, como favor, como caridade, como clientelismo, como instrumento de poder e de formação de redutos eleitorais.

As políticas sociais, na ótica dos *direitos*, devem articular suas estratégias de enfrentamento da pobreza e da dita "exclusão", na região, com medidas que contemplem demandas de caráter estrutural, além de conjunturais e emergenciais. Como exemplo, a reforma agrária. Não haverá um trabalho de impacto de combate à pobreza, se a região continuar sendo palco da apropriação de gigantescos latifúndios, a maioria dos quais é mera reserva de valor e espaço de extração de madeira e abate de árvores. Não daremos solução para a questão da terra, se as autoridades nacionais e regionais regredirem para a primeira metade do século XIX, recebendo os Sem-Terra com a força policial e não com a interlocução e negociação.

Perguntas Finais

E o Serviço Social, pode dar uma contribuição para o avanço das políticas sociais na Amazônia? Pode.

Como já mencionamos em conferências, palestras e alguns textos, o Serviço Social apropriou-se da teoria crítica e de uma metodologia que são poderosas ferramentas para a análise e intervenção na realidade social. Depois dessa apropriação, o Serviço Social deu um salto. Ao lado de outros profissionais, penetrou e vem avançando em quase todos os espaços ocupacionais na Amazônia: o do meio ambiente, o do desenvolvimento auto-sustentado, o da questão indígena, o das questões de gênero (além dos clássicos ligados à Seguridade Social com seu tripé: saúde, previdência e assistência social; educação; família; criança e adolescente; idoso, etc.), sinalizando tendências que, diríamos, constituem desafios contemporâneos ao Serviço Social. Só para ilustrar: o trabalho interdisciplinar, a expansão de seu quadro de referência no campo das ciências sociais aplicadas, o desenvolvimento do marxismo à luz dos acontecimentos do século XXI, são exemplos importantes.

Por outro lado, as conquistas jurídico-políticas que contribuíram para que aflorassem os novos paradigmas da Assistência Social impõem ao assistente social outro desafio: o de ser um profissional preparado para a liderança política, para a liderança técnica, para a elaboração de projetos e para a gestão democrática e participativa (não só a execução terminal) de políticas públicas.

Só podemos concordar com Marilda Yamamoto (1997) quando diz que a questão social não é feita só de desigualdade, injustiça e egoísmo. Ela também é feita de *resistência* e de rebeldia. O Serviço Social é chamado a exercer múltiplas

ações no campo da rebeldia. Mas não conseguirá, se não articular o seu projeto profissional com um projeto societário.

Nessa perspectiva, fala-se hoje em um projeto ético-político para o Serviço Social.

Fecha-se este texto com mais uma pergunta, que é ao mesmo tempo uma perspectiva que foi formulada por Giulio Girardi (1996). Diz ele: “os excluídos constituirão o eixo de um bloco popular planetário. Conseguirão construir a nova história?”

Estamos com os que acreditam que sim, porque são trabalhadores excedentes e podem se constituir, portanto, como atores e protagonistas do terceiro milênio, até porque, como ele mesmo diz:

No momento em que a cultura dos povos anuncia o fim da história, a cultura dos povos emergentes anuncia seu novo começo. No momento em que os ricos e poderosos lançam ao mundo uma mensagem de desespero, os pobres e fracos a ela contrapõem uma mensagem de esperança. No mesmo momento em que os triunfadores de ontem pretendem celebrar o enterro das suas vítimas, estas levantam-se e proclamam seu direito à vida (GIRARDI, 1996, p.19).

É por isso que Fernando Pessoa diz:

Às vêzes entre a tormenta,
quando já umedeceu,
raia uma nesga de céu,
com que a alma se alimenta (1981, p.176).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVARENGA, Tales. "A sinfonia da água". *Revista Veja*. Edição especial. São Paulo: Editora Abril, 1997.
- ANAYA, Antonio. "A questão indígena no Pará". In: Fórum da Amazônia Oriental (FAOR). Belém/Pará: *Observatório da cidadania Pará: anuário 99*, 2000.
- BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado, 1988, 140 p.
- _____. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Brasília/DF: *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*; 8 dez 1993. Seção 1, p. 1869-72.
- CAMPOS, Edval Bernardino. *Assistência Social na ótica dos direitos: a questão da focalização e os efeitos da globalização*. Brasília: Conferência apresentada no Seminário Nacional: Assistência Social para o III milênio, jun de 1999.
- GIRARDI, Giulio. *Os excluídos construirão a nova história?* São Paulo: Editora Ática, 1996.
- IAMAMOTO, Marilda. *O Serviço Social na contemporaneidade: dimensões históricas, teóricas e ético-políticas*. Fortaleza/Ceará: CRESS/3ª região, 1997.
- MARX, Karl. *A origem do capital: a acumulação primitiva*. São Paulo: Global Editora. 5ª ed., 1985.
- MÉSZÁROS, István. *O Século XXI: socialismo ou barbárie*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- OLIVEIRA, Edelweiss Falcão de. *Perspectivas hegemônicas e institucionalização do Serviço Social*. Belém/Pará: UFPA, 1988.
- PAUGAM, Serge. (org). *L'exclusion: l'état des savoirs*. Paris: Édition La Découverte, 1996.
- PESSOA, Fernando. *Mensagem*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.
- PROCACCI, Giovanna. "La naissance d'une rationalité moderne de la pauvreté". In: PAUGAM, Serge. (org.). *L'exclusion: l'état des savoirs*. Paris: Édition La Découverte, 1996.
- SANTOS, Roberto. *O aviamento na Amazônia*. Belém/Pará: UFPA (anotações de palestra), 1963.
- TEIXEIRA, Joaquina. *Questão social na Amazônia. Manaus/Amazonas*: Conferência proferida na Semana do Assistente Social, 2001.
- WACQUANT, Loïc. "L'underclass urbaine dans l'imaginaire social et scientifique américain". In: PAUGAM, Serge. (Org.). *L'Exclusion: l'état des savoirs*. Paris: Édition La Découverte, 1996.

Recebido em 23 de junho de 2008.

Aprovado para publicação em 27 de junho de 2008.